



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Instituto Estadual do Ambiente  
Serviço de Controle Predial

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### - INFORMAÇÕES BÁSICAS

- Processo: SEI-070002/008748/2025
- Responsável pela demanda:
  1. Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira
  2. ID funcional: 5127637-2
  3. Telefone: (21)99474-9531
  4. E-mail: gabrielsampaio@inea.rj.gov.br

### 1. INTRODUÇÃO

#### 1.1 Justificativa da necessidade

1.1.1 A aquisição desses equipamentos e o sistema agregado se fazem necessários pois servirá para efetuar a montagem do sistema de monitoramento dos reservatórios e partes hidráulicas em todo prédio sede do Órgão, possibilitando a tomada de ações de forma mais eficiente e precisa, evitando assim perdas e melhorando o controle do fluxo de água no prédio, resultando na tomada de ações de forma rápida e eficiente.

#### 1.2 Resultados pretendidos

1.2.1 Destacamos a economicidade prevista, haja vista que com o melhor controle e gestão do fluxo/consumo de água resultará na redução do consumo e consequentemente redução no valor do faturamento mensal.

1.2.2 Diminuição do gasto excessivo de água e consequentemente redução das despesas hídricas.

1.2.3 Economizar recursos financeiros, que poderão ser aplicados em outras áreas e projetos, bem como otimizar a eficiência no consumo de água e esgoto, garantindo uma maior sustentabilidade ambiental.

#### 1.3. Solicitação e área requisitante

1.3.1 Órgão/Entidade: Instituto Estadual do Ambiente - INEA

1.3.2 Unidade/Setor/Departamento: SERVCOP - Serviço de Controle Predial

### 2. VINCULAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO (PCA)


Número:	Data prevista:	ID SIGA:	COMPRAS GOV:
243200/2025/00054	10/02/2026	191976	27979

### 3. ANÁLISE DO CENÁRIO

#### 3.1 Avaliação comparativa (Benchmarking)

##### 3.1.1 Contratações similares feitas pelo próprio Órgão/Entidade

Não foram encontradas contratações anteriores feitas pelo Órgão.



Compras Públicas

Sistema Integrado de Gestão de Aquisições

15/05/2025 13:23

Detalhe do Histórico de Preços

Descrição:

SERVICOS DE ESTUDOS, PESQUISA E PLANEJAMENTO - DESCRIÇÃO: SERVICOS TECNICOS DE DIAGNOSTICO, ELABORACAO DE PROJETOS DE ECONOMIA DE AGUA E ESGOTO, EXECUCAO E MONITORAMENTO DE ACOES DESTINADAS A RACIONALIZACAO DO CONSUMO DE AGUA E ESGOTO NOS EDIFICIOS E INSTALACOES DA CONTRATANTE, TIPO SERVICO: ESPECIALIZADO, ORIGEM: PESSOA JURIDICA - ID: 191976 - Código do Item: 0294.003.0051

Tipo:

2 - SERVICOS

Família:

60 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS

Classe:

294 - SERVICOS DE ESTUDOS, PESQUISA E PLANEJAMENTO

Artigo:

3 - SERVICOS DE ESTUDOS, PESQUISA E PLANEJAMENTO

Compras Diretas

0 de 0 registro

Licitações

0 de 0 registro

Atas de Registro de Preços

0 de 0 registro

1 / 1

3.1.2 Contratações similares feitas por outros órgãos e entidades

Não foram encontradas contratações similares.

3.2 Enquadramento legal

3.2.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, (Lei de Licitações e Contratos) e a outras legislações aplicáveis.

3.3 Estimativas da quantidades do INEA

ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
191976	SERVICOS TECNICOS DE DIAGNOSTICO, ELABORACAO DE PROJETOS DE ECONOMIA DE AGUA E ESGOTO, EXECUCAO E MONITORAMENTO DE ACOES DESTINADAS A RACIONALIZACAO DO CONSUMO DE AGUA E ESGOTO NOS EDIFICIOS E INSTALACOES DA CONTRATANTE, TIPO SERVICO: ESPECIALIZADO, ORIGEM: PESSOA JURIDICA	SERVIÇO	1

3.4 Audiência pública

3.4.1 Não se aplica.

3.5 Estimativa de Valor

3.5.1 A estimativa preliminar é de R\$600.000,00 (R\$300.000,00 de repasse à empresa contratada, 50%), levando em conta os 36 meses de contrato, de acordo com a pesquisa realizada com fornecedor do ramo, documento SEI (100266182).

3.6 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

3.6.1 Orienta-se que a licitação seja realizada por item, dentro dos termos da Lei 14.133/2021, seguindo ainda as orientações previstas na Resolução PGE nº 4.588/2020, tendo em vista que a adjudicação por item permite um melhor aproveitamento das potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala.

3.6.2 Adicionalmente, destaca-se que ao realizar a adjudicação por item é possível propiciar a ampla participação de licitantes que, não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens aqui dispostos, em razão de suas particularidades.

4. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 4.1 DEFINIÇÃO

ID SIGA 191976 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE DIAGNÓSTICO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ECONOMIA DE ÁGUA E ESGOTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE AÇÕES DESTINADAS À RACIONALIZAÇÃO (ECONOMIA) DO CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO NOS EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES DA CONTRATANTE, PELO REGIME DE RISCO, OU SEJA, SOMENTE OCORRERÁ O PAGAMENTO À EMPRESA CONTRATADA, SE HOUVER REDUÇÃO DA CONTA DE ÁGUA E ESGOTO DA CONTRATANTE.**

#### 4.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

##### 4.2.1 MANUTENÇÕES COMPREENDIDAS:

- a) Corretiva: Sempre que necessário a pedido do INEA ou quando detectado pela CONTRATADA alguma anomalia no consumo diário de água (vazamento e afins), englobando todo o sistema instalado e suas partes.
- b) Preventiva: Periodicamente será feita uma inspeção geral em todo prédio buscando corrigir ou melhorar os serviços contratados e realizados pela empresa.

Serão efetuados reparos e regulagens em todos os pontos de consumo, além de, uma vistoria geral em toda a área comum e unidades a fim de localizar e corrigir vazamentos que possam estar afetando o abastecimento de água.

A CONTRATADA será responsável, sem custos para a CONTRATANTE, por todo o material, mão de obra, estudos e projetos utilizados nos serviços de redução de consumo, conforme listagem abaixo:

1. Substituição de rabicho, onde se fizer necessário;
2. Troca de carrapetas de torneiras;
3. Troca de reparo e regulagem de válvulas de parede de todos os banheiros;
4. Troca de mecanismo simples para DUAL FLUSH (duplo acionamento) em todas as caixas acopladas caso seja identificada a necessidade ou ajuste e regulagem do mecanismo existente;
5. Instalação de arejadores e reguladores de vazão em todas as torneiras;
6. Instalação dos padronizadores de vazão, pressão e volumes, regulagem dos hidrossanitários (se possível) levando em consideração o consumo final de cada ponto;
7. Realização de técnicas de eficiência hídricas, em todos os hidrossanitários existentes para garantir sua máxima eficiência de acordo com a funcionalidade e aprovação do usuário final;
8. Check up de todo o sistema hidráulico da CONTRATANTE para detecção de vazamentos e infiltrações com utilização de equipamentos especializados (Geofonia, Termografia, Manômetro, e Scanner de Radar Intuitivo);
9. Realização de testes funcionais, bem como, levantados todos os pontos de melhorias a serem realizados pelo CONTRATANTE, para uma máxima eficiência do consumo, bem como apresentação de um relatório, que deverá ser emitido informando caso haja pontos de melhoria na área comum;
10. Realização de campanhas de conscientização ou divulgação visando a utilização do Marketing Sustentável, sendo sua produção (custo) por conta da CONTRATADA;
11. Emissão de de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) para o projeto de economia de água e esgoto contratado;
12. Monitoramento diário do hidrômetro da CONTRATANTE com análise dos volumes diários via Google Drive. Os dados fornecidos para tal acompanhamento serão fornecidos pela CONTRATANTE por meio da leitura diária do hidrômetro e encaminhadas para o Representante designado pela CONTRATADA;
13. Elaboração de relatórios mensais descrevendo os volumes e valores economizados;
14. A manutenção de todos os componentes do Projeto de Economia de Água e Esgoto é de total responsabilidade da CONTRATADA e pode ser executada a pedido da CONTRATANTE, de segunda-feira a sexta-feira úteis, em horário comercial e atendimento em até 48 horas;
15. Realização de consultoria referente a economia de água e afins, dispositivos de economia hídrica;
16. Apresentação de estudo de viabilidade para projeto de captação de água de chuva para reuso da CONTRATANTE quando for técnica e financeiramente viável. O estudo é realizado sem custo, no entanto o projeto e implementação terão custo por conta da CONTRATANTE;
17. Verificação da situação cadastral do endereço com a Concessionária, afim de identificar oportunidades para melhorar as condições de cobrança;
18. Acompanhamento mensal de todos os pontos de consumo no endereço listado pela CONTRATANTE;
19. Realização de manutenção preventiva e corretiva: Deverá ser realizada pela CONTRATADA, com visitas mensais ao endereço monitorado, sem ônus para CONTRATANTE e ainda, a pedido da CONTRATANTE, sempre que necessário, poderá haver aumento de efetivo, em prazo máximo de até 48 horas a contar da sua solicitação.

##### 4.1.3 SERVIÇOS COMPREENDIDOS E OUTRAS PARTICULARIDADES

- Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos, com emprego de pessoal, equipamentos, EPI's e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da empresa contratada, quer seja civil ou administrativa.
- Todo serviço insuficiente e/ou defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela fiscalização, sem ônus para o INEA.
- Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo-se manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.
- A empresa deverá ser responsável por qualquer dano causado na rede hidráulica, tais como: caixas d' água ou suas tampas, cisternas ou suas tampas, bombas de recalque, telhas das coberturas ou qualquer outro dano ao imóvel durante a execução/implementação dos serviços.

#### 4.2 ESPECIFICAÇÕES DOS RESERVATÓRIOS:

Localização	Profundidade (m)	Largura (m)	Comprimento (m)	Volume (m³)
<b>Caixa 1</b> – Auditório (Prédio Novo)	2,700	3,560	1,914	18,400
<b>Caixa 2</b> – Auditório (Prédio Novo)	2,700	3,560	1,914	18,400
<b>Caixa 3</b> – Telhado (Prédio Antigo)	2,000	3,503	1,895	13,280
<b>Caixa 4</b> – Telhado (Prédio Antigo)	2,000	3,503	1,895	13,280
<b>Caixa 5</b> – Telhado (Prédio Antigo)	2,000	3,760	2,560	19,250
<b>Caixa 6</b> – Telhado (Prédio Antigo)	-	-	-	1,000
<b>Caixa 7</b> – Telhado (Prédio Antigo)	-	-	-	1,000
<b>Cisterna 1</b> – Subsolo	2,000	4,140	6,101	50,520
<b>Cisterna 2</b> – Subsolo	2,000	4,140	6,101	50,520
<b>Cisterna 3</b> – Subsolo	2,000	3,651	4,140	30,230
<b>Total</b>				<b>215,86 m³</b>

## 5. DESENHO DA CONTRATAÇÃO

### 5.1 Forma e critérios de seleção do fornecedor

#### 5.1.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

5.1.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR RETORNO ECONÔMICO, de acordo com a Lei 14.133/2021.

5.1.1.2 A Lei 14.133/2021 estabelece duas modalidades principais: disputa aberta e disputa fechada, onde será aderida a DISPUTA ABERTA.

#### - Justificativa para Adoção do Critério de Julgamento “Maior Retorno Econômico”:

Considerando que o objeto em análise consiste na contratação de empresa especializada para diagnóstico, elaboração de projetos, execução e monitoramento de ações destinadas à racionalização do consumo de água e esgoto, pelo regime de risco, em que somente haverá pagamento à contratada caso seja comprovada a redução dos valores das contas da Contratante, verifica-se que a natureza da contratação se enquadra como contrato de eficiência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A referida lei, em seu art. 33, inciso V, estabelece expressamente o critério de julgamento “maior retorno econômico”, aplicável justamente nos casos em que a remuneração da contratada depende do desempenho, da economia gerada ou da redução de despesas operacionais.

Nesse modelo, o critério busca selecionar a proposta que ofereça a maior economia líquida possível à Administração, assegurando a obtenção do melhor resultado financeiro em relação ao custo final do contrato.

No presente caso, a adoção do critério “maior retorno econômico” se mostra a opção mais adequada e vantajosa, pois:

1. Alinha o interesse da contratada ao interesse público, uma vez que a remuneração depende diretamente do desempenho e da economia efetivamente comprovada.
2. Garante eficiência, racionalidade e economicidade, princípios previstos nos arts. 11 e 5º da Lei nº 14.133/2021.
3. Estimula soluções técnicas mais eficazes, já que a competição ocorrerá com base na maior economia a ser proporcionada à Administração.
4. Mitiga riscos financeiros, transferindo-os à contratada, pois o pagamento somente ocorrerá mediante resultado mensurável.
5. Assegura mensuração objetiva do desempenho, considerando que os valores das contas de água e esgoto antes e depois da intervenção constituem parâmetro verificável e auditável.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a adoção do critério de julgamento “Maior Retorno Econômico”, por ser o que melhor reflete os objetivos do contrato, maximiza o benefício financeiro para a Administração e atende integralmente ao modelo de remuneração por desempenho previsto na legislação vigente.

#### 5.1.2 Possibilidade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte

Foi analisada a possibilidade de aplicação das regras da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015 para licitação exclusiva, reserva de cota ou subcontratação de ME/EPP.

Entretanto, o valor estimado da contratação ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00, previsto no art. 48, I, da LC 123/2006, não sendo possível a adoção de licitação exclusiva.

Além disso, a natureza técnica e integrada do objeto — que envolve diagnóstico, projeto, execução e monitoramento sob regime de risco — não permite a divisão em cotas nem a subcontratação compulsória, conforme art. 4º, §1º, II, do Decreto nº 8.538/2015.

Assim, não se aplicam, neste caso, mecanismos de participação diferenciada para ME/EPP.

### 5.2 Regime de execução

5.2.1 O regime de execução adotado será o de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 46, II, da Lei nº 14.133/2021, por envolver serviços cuja quantidade poderá variar conforme o diagnóstico e as necessidades identificadas durante a execução. Esse regime permite a adequada mensuração das unidades de serviço e compatibiliza-se com o modelo de contrato de eficiência previsto para a presente contratação.

## 6 - INSTITUCIONAL E LEGAL

6.1 A contratada será responsável pela observância das leis, decretos e regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado.

Deverão ser observados os documentos abaixo, independente de citação:

- Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021;
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais pertinentes à contratação pública e ao objeto contratado;

- Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, SEAP, Vigilância Sanitária, entre outros;
- Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego MTE.

## 7. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

7.1 Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica.

7.2 Capacitação de pessoal

Não se aplica.

7.3 Proposta de cronograma de atividade e seus responsáveis

Não se aplica.

7.4 Servidores que participarão da fiscalização do contrato a ser celebrado

NOME: Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira CARGO: Chefe de Serviço SETOR: SERVCOP ID.: 5127637-2	NOME: Júlia Soares CARGO: Assessora SETOR: GERADL ID.: 5154537-3
--	---

## 8. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO

8.1 Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos presentes Estudos Preliminares **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

## 9. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE, RAZOABILIDADE E ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O presente estudo levantou os elementos essenciais que irão compor o Termo de Referência e demonstrou ser viável a contratação demandada, condicionada à implementação das providências discriminadas no presente estudo, cabendo ressaltar que os riscos envolvidos são administráveis e os custos previstos são compatíveis e se caracterizam pela economicidade.

9.2 Atestamos que este Estudo Técnico Preliminar possui todos os elementos e parâmetros indicados nos arts. 7º a 10 do Decreto nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.

## 10. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

10.1 Tendo em vista o princípio constitucional da promoção do desenvolvimento sustentável, deve-se prever critérios de sustentabilidade sempre que forem possíveis.

10.2 AMBIENTAL: Prioriza a proteção do meio ambiente, reduzindo o impacto das atividades humanas na natureza. Exemplos incluem o uso de recursos naturais de forma consciente, a redução de resíduos, a reutilização de materiais e a eficiência energética

10.3 SOCIAL: Busca a justiça social, garantindo o bem-estar das pessoas e a inclusão de todos na sociedade. Exemplos incluem a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito aos direitos humanos, o combate à pobreza e a promoção da saúde

10.4 ECONÔMICO: Visa a geração de riqueza de forma sustentável, garantindo a viabilidade financeira das atividades e a redução de desigualdades. Exemplos incluem a promoção de empregos, o estímulo ao desenvolvimento econômico local, a inovação e a busca por soluções econômicas que beneficiem a sociedade.

## 11. SOLUÇÃO

### 11.1 Definição sucinta do objeto:

11.1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de diagnóstico, elaboração de projetos de economia de água e esgoto, execução e monitoramento de ações destinadas à racionalização (economia) do consumo de água e esgoto nos edifícios e instalações da CONTRATANTE, pelo regime de risco, ou seja, somente ocorrerá o pagamento à empresa Contratada, se houver redução da conta de água e esgoto da CONTRATANTE.

### 11.2 Pagamento

11.2.1 Por se tratar de um contrato de risco, somente haverá pagamento à CONTRATADA se houver diminuição da conta de água e esgoto da CONTRATANTE. Esse pagamento será condicionado a uma redução de consumo, sendo a remuneração da CONTRATADA na proporção da economia conseguida de cada conta mensal de água e esgoto da CONTRATANTE. O prazo para pagamento é de até 30 dias após o recebimento da fatura.

11.2.2 Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contrata pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

12.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

12.3 O artigo 95, da Lei nº 14.133/21 prevê a substituição do instrumento do contrato nas situações de "dispensa de licitação em razão do valor" e de "compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor".

**Atestamos que este Estudo Técnico Preliminar possui todos os elementos e parâmetros indicados nos arts. 7º a 10 do Decreto nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.**

Art. 7º - O Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento obrigatório, constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, e que evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, servindo de base à elaboração do Anteprojeto, do Termo de Referência ou do Projeto Básico, de modo a permitir a avaliação pela autoridade competente acerca da viabilidade técnica e econômica da contratação, compreendendo os seguintes elementos mínimos:

II - relato descritivo acerca das contratações anteriores voltadas ao atendimento de necessidade idêntica ou semelhante à atual, em especial, nas contratações de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, quando cabível;

III - demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual - PCA do órgão ou entidade, quando cabível;

V - estimativa preliminar do valor da contratação a fim de permitir uma análise comparativa quanto à viabilidade econômica do tipo de solução a contratar pela autoridade competente, obtida a partir da utilização de um dos critérios previstos nos incisos I e II do Art. 29 deste Decreto, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade, razoabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina;

VIII - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

**Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira**

Chefe de Serviço de Controle Predial

SERVOP

5127637-2

Resp. pela demanda e elaboração

e

**Júlia Soares**

Assessora

GERADL

5154537-3

Resp. pela demanda e elaboração

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Julia de Araújo Soares Moreira, Assessora**, em 10/12/2025, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira, Chefe de Serviço**, em 10/12/2025, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **120610786** e o código CRC **C4C3F7DF**.